

ATAS

PROPOSTA DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA CÃ, n.º 7/AF/2025, de trinta de novembro de 2025

Ao trigésimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas decorreu, no Edifício da Sede de Freguesia, a sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Cã, estando presentes o Presidente da **Assembleia de Freguesia (AF) Manuel Duarte Domingues**, o Primeiro Secretário, **Clement dos Santos Cruz**, a segunda secretária **Joana Maria Gameiro Fernandes**, e os membros da Assembleia, **André Acácio da Silva Monteiro**, **Lina Maria da Silva Simões**, **Ludgero Luís Gonçalves Gameiro** e **Renata Gonçalves Morgado**, eleitos pelo partido PPD/PSD, **Filipe Ribeiro Gonçalves** e **Dina Maria Rodrigues Monteiro** eleitos pelo partido CDS-PP.

Encontravam-se ainda presentes os membros da **Junta de Freguesia (JF)**, **Rogério da Conceição dos Santos** (Presidente), **Maria José Rodrigues Marques** (Secretária) e **Joaquim de Jesus Luís** (Tesoureiro), para cumprimento da seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da ordem do dia

1. Leitura / resumo do expediente recebido;
2. Intervenções na generalidade;

Período da ordem do dia

3. Apresentação, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã;
4. Apresentação da situação financeira da Junta de Freguesia em 31 de outubro de 2025;
5. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 25 de outubro até 25 de novembro de 2025;
6. Apreciação e votação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento de 2025;
7. Apresentação, discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026;
8. Apresentação, discussão e votação do Quadro de Pessoal para o ano de 2026;
9. Apresentação, discussão e votação da Tabela de Emolumentos para 2026;
10. Apresentação, discussão e votação da proposta de autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Junta de Freguesia;
11. Entrega do prémio aos melhores estudantes da Freguesia no ano letivo de 2024/2025.

Período de intervenção e Esclarecimento ao Público

12. Serão prestados esclarecimentos, nos termos do Art.º 49º da Lei nº75/2013 de 12/9 e dos Art.º 31º e 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã.

O **Presidente da AF** deu início à sessão, quando eram quinze horas e dezanove minutos, começando por cumprimentar os membros da AF, o Presidente e os Membros da JF e todos os cidadãos presentes. Informou tratar-se de uma AF normal, devidamente convocada e com alguns documentos enviados com algum atraso ligado à empresa de contabilidade.

Informou que, apesar de não estar na convocatória porque decorre da lei, iríamos iniciar a AF com a tomada de posse do membro André Acácio Silva Monteiro, por estar ausente na Assembleia de tomada de posse em outubro. Deste modo, o Presidente da AF, depois de verificada a identidade e a legitimidade do eleito **André Acácio Silva Monteiro**, deu-lhe a

palavra. Começou por cumprimentar todos os presentes e fez a sua declaração citando “Eu abaixo-assinado afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são agora confiadas” e assinou a ata.

O **Presidente da AF** retomou a palavra referindo que agora estavam todos os membros da AF empossados, cumprindo-se assim esta formalidade legal. Informou que temos disponível, uma folha de presenças que deve ser assinada por todos para reconhecimento das mesmas e esclareceu que, em caso de atraso, só quando a chegada acontece após o início do período da ordem do dia é que é considerado falta.

1. Leitura / resumo do expediente recebido:

O **Presidente da AF** referiu que o ponto estava ultrapassado por inexistência de expediente recebido.

2. Intervenções na generalidade:

O **Presidente da AF** abriu uma primeira ronda de inscrições. Inscreveu-se o membro **Ludgero Gameiro** que cumprimentou todos os presentes e questionou se seria possível distribuir aos novos membros da AF, os documentos relativos ao processo da pedreira que vinham já do mandato anterior. Referiu que estava de acordo com o envio dos documentos das AF em formato digital para evitar gastos e referenciou que se devia reavivar o *síte* da JF e redes sociais, colocando mais informação à população. Questionou sobre o que estava a JF mandatada em termos de proteção civil e o que seria possível fazer e melhorar. Falou de mais um pedido de exploração de caulinos na Freguesia de Vila Cã com a nomenclatura Santiais 1, questionando se havia mais informação.

O **Presidente da AF** retomou a palavra referindo que quanto à desmaterialização dos documentos da AF, confessou que preferia em papel, mas que sendo a documentação enviada por *mail* poderíamos apenas imprimir para quem o solicitasse. Assim referiu que poderiam trazer o computador para poderem analisar os documentos em discussão e questionou quem podia trazer computador e dispensar os documentos físicos. Assim ficou decidido que se imprimia apenas para o membro Filipe Gonçalves, alertando para a questão de que os documentos poderão ser enviados sem estarem assinados pelo executivo.

Passou a palavra ao **Presidente da JF** que cumprimentou todos os presentes, o Presidente e todos os membros da AF, em particular as novas caras da AF e os colegas do Executivo, em especial o novo colega, Joaquim, que já tinha iniciado o seu trabalho nesta Junta, bem como as funcionárias da JF e o público presente. Referiu que seria possível enviar a documentação relativa à questão da pedreira anteriormente levantada em AF, explicando que havia um contrato de 1981 em que a empresa que explorava a pedreira tinha de dar à JF, 5% da sua faturação, apesar de ao longo dos últimos anos nunca ter sido posto em prática, mas era uma cláusula existente que era património da JF e que tinha de ser praticado por qualquer empresa que adquirisse a pedreira. Explicou que a AF de 28 de junho de 2025, mandatou a JF para contratar um advogado para analisar toda a situação e emitir um parecer sobre este assunto, uma vez que o referido contrato tinha sido invalidado pelo executivo anterior à entrada deste, com uma cláusula final que referência que o atual contrato invalidava todos os contratos

ATAS

anteriores. Este parecer foi apresentado pelo advogado na AF Extraordinária de 19 de julho de 2025. Ficou também aprovado nessa AF extraordinária que o Executivo teria de entrar em contacto com a administração da Sicobrita a fim de perceber a sua intenção, apesar de isso ainda não ter sido feito. Quanto ao *site* ia sendo feito, mas que os editais também têm de ser afixados. O **Presidente da AF** tomou da palavra referindo que quanto às atas que são documentos públicos vão sendo colocados no *site* apesar de que com algum atraso porque é o gabinete de contabilidade que faz esse trabalho e que todos os documentos importantes e obrigatórios por lei são lá colocados. O **Presidente da JF** retomou da palavra dizendo que irão colocar mais frequentemente outros assuntos relevantes para a população. Quanto à proteção civil explicou que seguem as ordens do coordenador concelhio, mas não têm conseguido dar resposta ao número de voluntários, pela falta de existência, apelando à integração de mais elementos, uma vez que os existentes são o pessoal da JF. Fez referência ao novo kit de combate a incêndios instalado na pick-up, que inclusivamente tinha sido o primeiro meio de combate a chegar ao último incêndio da Freguesia. Quanto ao novo pedido de exploração de caulinos referiu não ter mais informação para além da já anteriormente passada, concordando que Santiais não faz parte de Vila Cã, mas é nosso território e que a comissão de acompanhamento irá fazer o que seja possível.

O membro **Ludgero Gameiro** questionou ainda, se como membro integrante da comissão de acompanhamento e membro da AF não existiriam incompatibilidades, ao que o **Presidente da AF** respondeu que sendo o objetivo defender os interesses da Freguesia, não existia qualquer incompatibilidade ao que o **Presidente da JF** concordou dizendo que se viesse a existir se resolveria.

Inscreveu-se de seguida o membro **Joana Fernandes** que cumprimentou todos os presentes e pediu ajuda do executivo para que fosse colocada uma placa identificativa da localidade da Pipa na estada que liga Albergaria a Pombal, no corte que liga à Pipa, sendo que já foi solicitada à outra freguesia por ser do seu território, mas nada foi feito. Questionou ainda se tinham conhecimento ou informação que a Rua Marco da Pipa, na zona pertencente a Vila Cã, no Google tem o nome de Rua Ribeira do Avelar. Referiu que o Parque de Caravanismo na Feira dos 14 e a zona de banhos na Pipa, o pagamento das vacinas não obrigatórias aos bebés, irá atrair jovens, mas que precisamos de os fixar, questionando o que está a ser pensado e o que poderá ser feito nesse sentido.

O **Presidente da AF** passou a palavra à **Secretária Maria José Marques** que cumprimentou todos os presentes e esclareceu que quanto aos nomes das ruas nessas aplicações, é um problema geral de várias freguesias e que a Dra. Paula Vieira do Município se comprometeu, numa reunião, de tentar perceber o que se poderá passar evitando os constrangimentos causados. O membro **Ludgero Gameiro** solicitou da palavra esclarecendo que essas alterações podem ser feitas por qualquer pessoa. Retomou da palavra o **Presidente da JF** que disse que iriam tomar isso em conta e que a fixação de jovens era um dos seus grandes objetivos e que irão ser criadas condições que irão ser favoráveis a essa questão, emprego e habitação, nomeadamente o parque empresarial da Sicó que irá ser localizado junto da estrada que dá acesso direto a Vila Cã e Abiul, que tinham a informação que o cadastro dos terrenos irá começar a curto prazo, que a anterior Presidente de Junta de Abiul tinha o levantamento de

todos os proprietários do terreno onde se quer fazer o parque. Quanto à habitação disse que a JF tinha terrenos e que iriam começar a trabalhar nesse assunto, nomeadamente o levantamento dos mesmos, como o exemplo do terreno junto ao polo escolar e tentar perceber se existem alguns incentivos à construção.

O Presidente da AF passou a palavra ao membro **Filipe Gonçalves** que cumprimentou todos os presentes e questionou qual a razão de existirem no cemitério de Vila Cã, algumas cabeceiras de campas no sentido contrário às restantes e se seria possível alterar a passagem junto ao columbário uma vez que como existem campas mesmo junto à passagem é difícil a circulação das pessoas, questionando ainda como seriam sepultados os corpos no novo formato de covas na nova zona do cemitério novo. Fez ainda uma recomendação, para que fossem colocados todos os tipos de contentores, na zona da nova obra da entrada do IC8 junto ao ramal, pois as pessoas colocam tudo no chão.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao Presidente da JF que respondeu que estavam duas sepulturas voltadas ao contrário e que todos os marmoristas, têm conhecimento que para qualquer intervenção a fazer no cemitério devem consultar a JF, mas na verdade isso não acontece, o que levou a que a JF se deparasse com a questão das campas em sentido contrário, esclarecendo que a gestão do cemitério é da competência exclusiva da JF, explicando ainda que iriam tentar resolver a situação. Quanto à passagem assumiu que não era uma situação que estaria bem, mas que não é uma situação fácil, pois trata-se de uma transladação que engloba a envolvência da família, que pode não concordar. Elucidou ainda que a JF tinha dado vida ao columbário, instalação que estava completamente degradada, para dar resposta à procura que estava a ser feita. Quanto ao novo cemitério, informou que iriam começar a utilizar as novas sepulturas, que trazem mais dignidade, que só faltava tratar da terra a colocar, que não é uma terra comum. Quanto à entrada do IC8, informou que o executivo não gostava da ideia de criar uma zona de monstros na entrada de Vila Cã, pois a ideia da obra era dar dignidade à entrada da Freguesia e que estavam a trabalhar na ideia de criar um ecocentro em conjunto com Abiúl, para todos os lixos, a fim de evitar o depósito de lixo por toda a Freguesia, em que a recolha que tem sido feito pela Junta.

O **Presidente da AF** retomando a palavra questionou se haveria mais intervenções e não havendo, fez referência ao rejuvenescimento e renovação da AF o que é uma mais-valia com novas ideias e informou que o nosso Presidente da Câmara Pedro Pimpão iria ser candidato à presidência da Associação Nacional de Municípios sendo um facto que se regista e nos satisfaz como cidadãos deste concelho e deu o ponto como encerrado.

3. Apresentação, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã;

O **Presidente da AF** deu início a este ponto esclarecendo que tinha enviado o regimento igual ao do último mandato, que foi aprovado por todos os partidos representados na AF, sem alterações, que se tratava de um documento baseado na Lei das Autarquias Locais. Referiu que em caso de faltas os membros da bancada deverão fazer-se substituir de acordo com a

ATAS

ordem de eleição e leu de forma sucinta alguns pontos do documento, falou sobre a redação das atas que mesmo sendo da responsabilidade da AF têm sido redigidas pelas Secretárias da JF e depois revistas, mas que têm sido atas muito extensas que é necessário reduzir ao máximo, mas que de acordo com a opinião de todos podem sempre ser retificadas se acharem que não estão de acordo com o que foi dito. Colocou então o regimento à discussão e não havendo intervenções, à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e por minuta, para ter efeitos imediatos.

4. Apresentação da situação financeira da Junta de Freguesia em 31 de outubro de 2025;

O **Presidente da AF** deu início a este ponto elogiando a gestão financeira do Presidente de JF e passou-lhe a palavra que respondeu que teria a honra de ser muito bem assessorado por parte do Presidente da AF, e que em conjunto com o executivo atual e já o anterior, faziam o melhor possível. Informou que em caixa tinham 3.812,00€, em fundo de maneió 125,00€, na conta à ordem da CGD 99.197,74€, na conta à ordem da CCAM 69.233,29 € e em depósito a prazo da conta da CCAM 250.000€ o que perfaz um total de 422.368,95 €.

Referiu que têm feito uma gestão excelente, mesmo que as despesas da JF tenham aumentado, em várias áreas, nomeadamente nas escolas devido ao aumento do número de crianças que aumentou cerca de 40%, as obras que são feitas sem apoio do Município e quando existe apoio, só suporta 80% do custo total, nomeadamente no Cemitério de Vila Cã, multibanco, Cemitério e parque de estacionamento da Fontinha. Informou ainda que pretendem adquirir um novo autocarro que ronda os 180 mil € + IVA e uma carinha de trabalho com báscula, realizar e avançar com obras necessárias, como a requalificação do edifício Sede, transformando-o num espaço mais polivalente e para isso é preciso estar garantido e não haver falta de dinheiro na JF.

O Presidente da AF questionou se alguém pretendia intervir, não havendo, informou que o próprio tem conferido os extratos bancários, para confirmar os valores dos saldos apresentados, cumprindo a função fiscalizadora da AF e em particular da Mesa e deu o ponto como encerrado.

5. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 25 de outubro até 25 de novembro de 2025:

O Presidente da AF passou a palavra ao Presidente de JF que leu a listagem das atividades desenvolvidas, que foi enviada aos Membros desta AF e que se anexa a esta Ata e dela faz parte integrante, dando várias explicações sobre os temas mais importantes. Referiu, em especial, o trabalho feito pelos trabalhadores e pelo tesoureiro Joaquim, na abertura dos caminhos florestais e limpeza de valetas, que tem requerido o empenho de toda a JF devido à enorme requisição por parte da população, bem como a identificação das estradas a asfaltar que apesar de muitas necessitarem já se sabe que nem todas o poderão ser. Referiu as largas horas despendidas na elaboração das atas da AF. Falou do passeio sénior e explicou que o

autocarro não permite a realização de mais, nem viagens de longo curso devido a frequentes avarias.

O Presidente da AF questionou se alguém pretendia intervir apesar de ser um ponto apenas informativo, o que não sucedeu, pelo que deu o ponto por encerrado.

6. Apreciação e votação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento de 2025:

O **Presidente da AF** deu início ao ponto passando a palavra ao **Presidente de JF** que solicitou a ajuda na apresentação, do Presidente da AF que fez referência à pág.2 com uma alteração na receita de 222 mil €, receita corrente 126 mil €, receita de capital 95 mil €, sendo a receita corrigida de 356 mil €. Na pág. 4, a alteração da despesa corrente é 127 mil € e de capital 94 mil €. Na receita, são as remunerações certas e permanentes com um aumento 127 mil €. Na pág. 9, a principal receita que motiva aquela despesa é o protocolo com as escolas 112 mil €, que tinha iniciado com 9 mil €. Nas despesas correntes (pág. 4) despesa de capital de 94 mil €. Na pág. 6, a principal verba para o PPI com a “construção de um muro junto ao cemitério da Fontinha” 52 mil €, “requalificação do parque de merendas do Viuveiro” 6 mil €, reparações no cemitério 8 mil €, instalação de parque infantil no ATL 11 mil €, sendo as principais verbas que justificam os investimentos presentes, dos 97 mil € e outros investimentos menores. Referiu que esta alteração era feita agora para enquadrar todas as despesas que vão fazer até ao final do ano, daí aumentar o orçamento que corrigido são 597 mil €.

Questionou se alguém pretendia intervir inscrevendo-se o membro Ludgero Gameiro que questionou se o aumento de 50 mil € nas remunerações com o pessoal se devia a um aumento dos funcionários ao que a Secretária Maria José Marques respondeu que se devia ao facto de terem muita gente a recibos verdes e que com os concursos, passaram a pessoal efetivo. O membro Ludgero Gameiro questionou ainda o porquê da receita das escolas que inicialmente eram cerca de 9 mil euros e passou para cerca de 100 mil €, ao que o Presidente da AF respondeu que se devia ao facto do protocolo só ser concretizado ao longo do ano o que não estava no orçamento inicial. Esclareceu a Secretária Maria José Marques, que houve um aumento no valor participado pelo Município relativamente ao protocolo Interadministrativo das escolas, valores que se encontravam em rubricas diferentes passando tudo a uma só, ao que o Presidente da AF acrescentou que esta aprovação se devida ao facto de adequar os valores à realidade, para que no fim do ano esteja tudo de acordo, afirmando que não se pode gastar mais do que aquilo que está no orçamento, e que o orçamento é elaborado com alguma folga para que haja uma cobertura orçamental, que permita enquadrar todas as despesas e que a JF não fique com dívidas.

O Presidente de JF acrescentou ainda que muitas vezes são colocados no orçamento valores devidos à pretensão de aquisição de bens que sabem que não são reais, mas devem-se à necessidade de abrir a rubrica, como o caso da aquisição da carrinha que se colocou um valor de 5 mil € quando custa pelo menos 30 mil €. O Presidente da AF retomou da palavra dizendo que na AF de abril, com a prestação de contas, iam verificar todos os valores e que se os contabilistas fizeram esta alteração é porque seria necessário e que a prestação de contas é mais importante do que o orçamento, que vai variando. Explicou que a aprovação por minuta

ATAS

tinha efeitos imediatos e o que não era votado por minuta só tinha efeitos de concretização após a aprovação da ata na AF seguinte. Colocou então o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade e por minuta e deu o ponto por encerrado.

7. Apresentação, discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026:

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF**, que solicitou ao **Presidente da AF** que procedesse à apresentação do ponto, informando que, na página 11 do documento, para além das despesas gerais, encontravam-se discriminadas as receitas no valor total de 454 mil €, sendo as despesas correntes de 394 mil € e as despesas de capital de 60 mil €, não existindo receitas de capital. Referiu ainda que, na página 15, 14% das receitas diziam respeito a rendimentos da propriedade e que os subsídios da Câmara Municipal e do Estado representavam 77% do total, correspondendo ao montante de 349 mil €.

Na página seguinte, explicou a estrutura das despesas, esclarecendo que 60% correspondiam à despesa com pessoal, no valor de 271 mil €, e que 110 mil € diziam respeito à aquisição de bens e serviços, designadamente despesas gerais.

Na página 17, indicou como principais fontes de receita: 13 mil € provenientes das eólicas, 39 mil € da pedreira, valores com IVA incluído e 10 mil € da concessão de sepulturas. Acrescentou que a JF recebia 114 mil € da Administração Central e 234 mil € da Câmara Municipal.

O membro **André Acácio Monteiro** questionou a inclusão do IVA no Orçamento. O **Presidente da AF** esclareceu que tal constituía uma exigência orçamental, sendo o IVA tratado como despesa. O mesmo membro referiu que, sendo a Junta um sujeito passivo de IVA, o orçamento poderia ser analisado sem esse imposto, ao que foi respondido pelo **Presidente da AF** que se tratava de regras orçamentais em vigor, porque o IVA é pago sobre a renda (receita) mas temos que o entregar ao Estado (despesa). Prosseguiu a análise, referindo que, de um total de cerca de 450 mil €, aproximadamente 350 mil € provinham do Estado e da Câmara Municipal. Informou ainda que, na página 18, constava a participação dos pais nos serviços de ATL, Férias Ativas e Almoços, no montante de 27 mil €.

Indicou também que o encargo global com os três membros do Executivo é de 14 mil euros, ou seja, de cerca de 1 mil € mensais. A despesa com colaboradores em regime de contrato individual de trabalho era de 131 mil €, a contribuição para a Segurança Social de 42 mil €, a conservação e reparação de bens de 28 mil €, os seguros de 5 mil €, as despesas com coletividades de 5 mil € e o IVA de 6 mil €.

De seguida apresentou as despesas de capital previstas, designadamente 10 mil € para requalificação de edifícios, 10 mil € para instalação de serviços, 10 mil € para a requalificação do Edifício Sede, construções diversas e o investimento em parques infantis no valor de 7 mil €. Solicitou aos membros que consultassem a página 23, onde constavam os valores relativos a possíveis aquisições e investimentos, nomeadamente 1 mil € para compra de terrenos, 35 mil € para proteção do ambiente, 0,5 mil € para reflorestação da Serra de Sicó, 5 mil € para o

Parque de Merendas do Viuveiro, 2 mil € para o Parque da Pipa/Cubo e 5 mil € para a requalificação do Largo da Feira dos 14.

Relativamente ao cemitério, referiu a verba de 11mil € para gavetas de inumação de cadáveres e 11mil € para a pavimentação do cemitério da Fontinha.

Na página 24, mencionou a previsão para a aquisição de duas viaturas: uma carrinha de trabalho, no valor de mil €, e um autocarro, no valor de 5 mil €. A **Secretária Maria José Marques** esclareceu que estes valores tinham sido inscritos apenas para manter as rubricas abertas, prevendo-se posteriormente a injeção do saldo da gerência anterior nessas mesmas rubricas.

O membro **André Acácio Monteiro** questionou o valor do saldo da gerência anterior, ao que o **Presidente da AF** respondeu ser de 287 mil €, referindo ainda que o orçamento seria alterado em abril, aquando da primeira alteração modificativa.

A **Secretária Maria José Marques** explicou que a elaboração de um orçamento para quatro anos era complexa, uma vez que os valores provenientes da Câmara Municipal não eram totalmente previsíveis, acrescentando que era mais simples transferir verbas da despesa corrente para a despesa de capital do que o inverso. O membro **André Acácio Monteiro** questionou se as transferências correntes tinham valores variáveis, tendo o **Presidente da AF** esclarecido que o orçamento era elaborado com base nas despesas correntes que depois poderiam ser transferidas para despesas de capital, porque a inversa não era possível.

A Secretária Maria José Marques referiu ainda que o orçamento da Câmara tinha implicações diretas no orçamento da Junta, nomeadamente no contrato Interadministrativo, nos valores das refeições e dos transportes escolares, bem como nos rendimentos das eólicas, que constavam em ambos os documentos. Esclareceu, contudo, que alguns apoios solicitados pela JF à Câmara, como o financiamento para a aquisição de um miniautocarro, ainda não se encontravam refletidos no orçamento, o que tornava esses valores mais incertos.

O Presidente da AF interveio para esclarecer que, no caso da Câmara Municipal, durante o tempo em que foi membro da Assembleia Municipal, verificou que o orçamento era elaborado com valores inflacionados nas despesas de capital, passando de seguida a palavra ao Presidente da JF que em colaboração com a Secretária Maria José Marques, explicaram que poderiam existir alterações nas receitas da Junta de Freguesia uma vez que alguns serviços, como a limpeza das vias principais, passariam a ser assegurados por uma empresa contratada pela Câmara, mantendo-se a Junta de Freguesia responsável pelas restantes vias, situação que poderia gerar alguma confusão junto da população, pois algumas vias estariam limpas e outras não.

Relativamente aos apoios, o **Presidente da AF** referiu que algumas obras eram executadas pela Câmara, mas pertenciam à Junta, como sucedera com a obra do Ramal, noutros casos sendo atribuídas verbas para apoio à sua concretização.

Por fim, a Secretária Maria José Marques, esclareceu que algumas rubricas, como a da reabilitação da Sede da Freguesia, apresentavam valores mínimos, por se tratar de obras da responsabilidade da Câmara, tendo inclusive sido aconselhados pela empresa de contabilidade a não incluir essas rubricas, por não corresponderem a obras a executar pela Junta de Freguesia.

ATAS

O **Presidente** da JF reforçou esta informação, dando como exemplo a compra do terreno do Ramal, referindo que, após conversa com o Presidente da Câmara, este se disponibilizou para proceder à aquisição do terreno, mesmo tendo a escritura já sido agendada pela Junta de Freguesia e que, após a compra, será realizada a respetiva obra. Com esta informação teve a intenção de reforçar o porquê de os valores do orçamento plurianual serem incertos.

O Presidente da **AF** agradeceu os contributos dos membros da Assembleia e dos membros do Executivo e, não havendo mais intervenções, colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e por minuta.

8. Apresentação, discussão e votação do Quadro de pessoal para o ano de 2026:

Após a introdução do ponto pelo **Presidente da AF**, a **Secretária Maria José Marques** explicou que a abertura de cinco postos de trabalho, apesar de apenas quatro se encontrarem ocupados, se devia à possibilidade de vir a ser criado mais um posto de trabalho, sendo necessário que o mesmo estivesse previamente previsto no Quadro de Pessoal para que pudesse ser aberto concurso. Referiu ainda que a mesma situação se verificava relativamente aos dois postos de trabalho indicados na página seguinte, encontrando-se apenas um deles ocupado.

O membro **Ludgero Gameiro** questionou se as duas vagas referidas não deveriam constar nos postos de trabalho a concurso, ao que a **administrativa Céline Simões** respondeu que, aquando da abertura de concurso, essas vagas seriam devidamente incluídas. O **Presidente da AF** perguntou se este assunto estava devidamente esclarecido e não tendo havido mais intervenções, colocou o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e por minuta.

9. Apresentação, discussão e votação da Tabela de Emolumentos para 2026:

O **Presidente da AF** e o **Presidente da JF** informaram que não existiam alterações relativamente à tabela de emolumentos em vigor no ano anterior.

O **Presidente da JF** esclareceu que as sepulturas novas necessitavam de menor intervenção por parte do coveiro, pelo que poderia vir a ser ponderado, numa AF futura, um eventual ajuste do valor da taxa, relativa à abertura de sepulturas.

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da AF** colocou o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e por minuta.

10. Apresentação, discussão e votação da proposta de autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Junta de Freguesia:

O **Presidente da AF** informou que esta proposta tem um carácter global, e que se propõe que a AF aprove e delibere conceder autorização prévia genérica favorável à resolução de planos que resultem de planos ou programas plurianuais (2025-2029) legalmente aprovados com o

Município, na condição de ser prestado informação anual na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização, evitando a votação caso a caso.

Aberta a discussão, interveio o membro **Ludgero Gameiro**, que, relativamente ao montante de 500 mil €, questionou se o mesmo se aplicava a receitas e despesas, no sentido de perceber se a votação implicaria a autorização para a Junta de Freguesia assumir despesas até esse valor. O Presidente da AF questionou, por sua vez, qual a percentagem de comparticipação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia nos projetos previstos no protocolo.

A Secretária Maria José Marques esclareceu que essa percentagem era incerta e que, mesmo nos subsídios considerados fixos, por exemplo o apoio para os almoços, o valor da despesa suportada pela Junta de Freguesia era, regra geral, superior à receita proveniente do Município, mesmo após o aumento do valor atribuído por refeição para 3,05 €, acrescido de 0,15 € para despesas com colaboradores. Referiu ainda que, apenas no que respeita ao custo dos almoços, a Junta de Freguesia suportava cerca de 3,10 €, que, com todos os serviços agregados, o custo total por refeição se situava entre 4,50 € e 5,00 €. Não obstante, enalteceu o esforço do Município que, apesar de receber poucos recursos da Administração Central, procedeu ao aumento da comparticipação, salientando que algumas Juntas com receitas próprias não conseguiam suportar os custos das refeições.

O Presidente da AF referiu que o objetivo do Plano Plurianual era a desburocratização dos procedimentos, cabendo à AF, a função de fiscalizar e atestar o cumprimento do orçamento. A Secretária Maria José Marques reforçou que, caso a Junta de Freguesia pretendesse adquirir um terreno no valor de 500 mil €, essa proposta teria de ser submetida à Assembleia Freguesia, esclarecendo que a autorização em causa se referia exclusivamente às relações com a Câmara Municipal.

O **Presidente da AF** retomou da palavra e assegurou a existência de uma relação de confiança e de um posicionamento construtivo, considerando saudável que o Executivo fosse questionado quanto à gestão financeira da Junta de Freguesia. Confirmou ainda que não existiam valores fixos, sendo necessários ajustamentos no final do ano, uma vez que não era possível elaborar um orçamento totalmente rigoroso, afirmando, contudo, não ter qualquer receio em prestar esclarecimentos à população relativamente a essas alterações. Deu a palavra ao **Presidente da JF** que referiu ser saudável pedir explicações à JF, que a nossa freguesia é pequena, temos 12 pessoas a trabalhar connosco e que os valores oscilam e que tem que ser ajustados no final do ano, mas gostamos de responder aos membros da AF e ao público.

Colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 11 – Entrega do prémio aos melhores estudantes da Freguesia no ano letivo 2024/2025:

O **Presidente da AF** passou a palavra à **Secretária Maria José Marques**, que informou só terem sido apresentadas duas candidaturas. Apresentou o aluno vencedor do primeiro lugar do prémio de Melhor Estudante, Samuel da Costa Penedo Gonçalves, que é de Trás-os-Matos, com média de candidatura de 16,7 valores, encontrando-se a frequentar Gestão, no ISCTE,

ATAS

em Lisboa. A vencedora do segundo prémio, Lara Tatiana Rodrigues, do Outeiro do Moinho, com média de 15 valores, a frequentar o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, no Instituto Universitário Egas Moniz, que não se encontrava presente. Recordou a alteração ao Regulamento do Prémio de Melhor Estudante, aprovada na Assembleia de Freguesia de dezembro do ano anterior, através da qual deixou de ser atribuído apenas um prémio no valor de 500 €, passando a ser entregues três prémios, nos valores de 500 €, 200 € e 100 €, com 1º, 2º e 3º lugar, respetivamente. O membro **Lina Simões** questionou se o prémio se destinava a estudantes no primeiro ano de universidade ou também a quem já se encontrasse a frequentar o ensino superior, tendo a **Secretária Maria José Marques** esclarecido que o prémio se destinava a alunos que estivessem a concluir o décimo segundo ano e tivessem ingressado na universidade. Ao que o membro **Lina Simões** respondeu que a dúvida surgira pelo facto de ser solicitada a ficha IENS e de aluna Lara se encontrar a candidatar-se a mestrado, tendo a **Secretária Maria José Marques** explicado que a aluna havia ingressado numa licenciatura com mestrado integrado. Esclarecidas as dúvidas, procedeu-se à entrega do prémio. O **Presidente da AF** felicitou o Samuel e desejou-lhe felicidades pessoais e profissionais.

Ponto 12 – Prestação de esclarecimentos ao abrigo do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos artigos 31.º e 34.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã

O **Presidente da AF** questionou se algum dos presentes pretendia intervir.

Usou da palavra **Pedro Lopes**, que relembrou uma situação de risco relacionada com o aqueduto situado após a sua residência, já anteriormente comunicada há cerca de três anos, aquando da AF realizada em Trás-os-Matos.

O **Presidente da AF** passou a palavra ao **Presidente da JF**, que informou que se deslocaria ao local com o Tesoureiro Joaquim para verificar a situação, comprometendo-se igualmente a contactar Pedro Lopes para melhor compreender os riscos associados ao problema identificado. Referiu ainda que existiam outras situações igualmente graves na freguesia, nomeadamente decorrentes da inexistência de passeios, que também careciam de resolução. Recordou episódios de inundações ocorridos dias antes da AF, provocados pelo facto de o nível da estrada se encontrar significativamente acima do nível das habitações, salientando que, em algumas dessas situações, a JF não dispunha de soluções viáveis para os proprietários. Acrescentou que não podiam intervir apenas em casos isolados, sendo, eventualmente, necessário contratar uma empresa para dar resposta a estas situações, em função da disponibilidade financeira da JF.

Voltou a intervir **Pedro Lopes** para mencionar ainda uma ocorrência na localidade da Baltaria, onde uma habitação tinha ficado inundada. O **Presidente da JF** esclareceu que haviam sido informados da existência de um aqueduto entupido nessa localidade, situação que tinha sido resolvida, tendo, contudo, o Tesoureiro informado que existia já outro aqueduto obstruído na mesma zona. Referiu também que, em períodos de maior intensidade de precipitação, surgiam situações pontuais, algumas com maior frequência do que outras. Indicou que, nas zonas mais afetadas, havia sido realizado trabalho de limpeza de valetas e aquedutos, o qual, ainda assim,

não impediu novos entupimentos causados por tout-venant, caruma, folhas e outros detritos transportados pela água. O membro **Lina Simões** disse que o tout-venant existente na estrada da Baltaria teria origem numa habitação em obras naquela rua, tornando a via perigosa.

O **Presidente da JF** afirmou que a JF procedia habitualmente à limpeza de estradas afetadas por terra e tout-venant provenientes de terrenos privados, comprometendo-se a continuar a fazê-lo, mas salientou que a responsabilidade deveria recair sobre os proprietários, dando como exemplo uma situação em que ele próprio fora contactado pela Câmara Municipal para proceder à limpeza de detritos provenientes de um terreno da sua propriedade.

O **Presidente da AF** concedeu a palavra a **Virgílio (Russo)**, que alertou para a retirada do sinal de sentido proibido junto à escola e para uma valeta na localidade dos Vicentes, junto ao seu armazém, que tinha ficado muito funda por falta de tout-venant. O **Presidente da JF** informou que seria solicitado novo sinal de sentido proibido e que se procederia à reparação da valeta, acrescentando que existiam várias situações semelhantes, sobretudo em locais onde a máquina não conseguia aceder para execução das valetas.

O membro **André Acácio Monteiro** solicitou a remoção do verdete existente na berma do campo de futebol, por representar perigo.

O **Presidente da JF** informou que estavam previstas algumas intervenções no campo de futebol, de modo que fosse mais usado, mais ativo, com a possibilidade de ligar a iluminação, a colocação de uma bancada com capacidade para 20 a 30 pessoas e a requalificação do espaço superior, proposta que constava no Plano Plurianual de Investimentos. Acrescentou que, devido às condições de humidade, seria mais fácil proceder à remoção do verdete, comprometendo-se a que tal intervenção fosse realizada oportunamente.

O **Presidente da AF** retomou da palavra agradecendo a presença e o contributo de todos desejando um Feliz Natal e um excelente Ano Novo e deu por encerrada a Assembleia de Freguesia, quando eram 18h17m, da qual se lavrou a presente ata que irá ser enviada a todos os Membros da Assembleia de Freguesia para aprovação, após o que será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Mesa:



O 1º Secretário:



A 2ª Secretária:

